

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL VISA À MELHORIA DA
QUALIDADE UNIVERSITÁRIA: resgate de uma primeira
experiência avaliativa (1994/95)**

**INSTITUTIONAL EVALUATION SEEKS THE
IMPROVEMENT OF THE UNIVERSITY QUALITY:
recovering a first experience of evaluation (1994/95)**

IVO JOSÉ BOTH¹

FABIANA BAER MATRAS²

SIMONE FARIA RODRIGUES²

1 Professor e pesquisador da UEPG e UNOPAR

2 Bolsistas do PIBIC/UEPG-CNPq

RESUMO

Este artigo apresenta, de forma resumida, um relato da primeira experiência de Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no ano de 1994, desencadeada a partir da iniciativa interna de docentes e da administração desta Instituição. A experiência, ora descrita, iniciou-se no ano de 1992, a partir da constituição de uma Comissão de Avaliação Institucional. A comissão teve como principal tarefa elaborar e conduzir um processo sistematizado, permanente e continuado de avaliação ampla e global das atividades universitárias, cujo eixo principal seria a avaliação do ensino por alunos e professores. A primeira coleta de dados relativos à avaliação do ensino realizou-se no final de 1994, a sua sistematização ocorreu no ano de 1995. Nos anos de 1996 e 1997 realizou-se a análise e discussão dos dados colhidos, tendo sido possível chegar a algumas conclusões aqui apresentadas. Como experiência-piloto, o trabalho relativo ao ano

de 1994, abrangeu apenas uma amostragem, em torno de 20%, do universo de professores e alunos da UEPG. Apesar disso, constituiu-se em etapa significativa no processo avaliativo, pois foi nessa ocasião que se definiram a metodologia, se elaboraram os instrumentos de coleta dos dados e se estabeleceram os critérios de tratamento estatístico dos dados levantados. Tais elementos foram de vital importância para a continuidade dos trabalhos, pois serviram de parâmetro às ações posteriores. O nosso propósito, no presente trabalho científico, é discutir a avaliação do ensino da UEPG, no ano de 1994, identificando o nível de qualidade do processo ensino-aprendizagem a partir das opiniões de professores e alunos. Pretendemos também elencar os principais agentes de promoção e de entrave de um ensino de qualidade, a partir da convicção de que a Avaliação Institucional é um processo que vem se firmando mundialmente como agente de identificação e de promoção de qualidade do ensino. A análise apresentada foi construída a partir de quatro variáveis consideradas relevantes para detectar a qualidade do trabalho pedagógico. São elas: o desempenho do professor, o desempenho do aluno, a infra-estrutura existente na UEPG e a organização interna dos cursos. Essas variáveis foram pesquisadas a partir de formulários e gabaritos distribuídos entre professores e alunos. A avaliação realizada foi de duas naturezas distintas em ambos os segmentos envolvidos: professores e alunos se auto-avaliaram e avaliaram-se mutuamente. A metodologia utilizada na primeira amostragem permitiu traçar um perfil geral do ensino na UEPG, bem como especificar as características de cada setor de conhecimento em relação aos indicadores selecionados. Apesar das dificuldades encontradas no decorrer do processo foi possível verificar que a avaliação, nascida e desenvolvida no interior da Instituição, reveste-se da maior importância, podendo inclusive traçar um perfil bastante fiel das carências e dos aspectos positivos do ensino universitário. Nesse sentido, a avaliação interna pode até mesmo superar, qualitativamente, experiências de avaliação externa, como o Exame Nacional de Cursos que, apesar de sua relevância, somente consegue captar, imperfeitamente, o domínio de alguns conteúdos dos cursos pelos formandos da Instituição, sem levar em conta outros dados relevantes, como condições das bibliotecas, laboratórios, equipamentos, interação entre professores e alunos e as relações efetivamente existentes entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: avaliação, universidade, qualidade

1. Avaliar a Universidade como imperativo permanente

A bibliografia em torno da Avaliação Institucional tem se multiplicado rapidamente no últimos anos, graças às iniciativas das universidades, do

MEC e de vários órgãos financiadores. Até o final dos anos 70, o tema era pouco analisado, passando, a partir dos anos 80, ao centro da discussões. Apesar disso, a avaliação ainda é um processo complexo, que exige profundas reflexões sobre seus objetivos e finalidades.

A bibliografia consultada permite concluir que a avaliação institucional é vista, acima de tudo, como um ponto de apoio aos recursos humanos das universidades, não devendo estabelecer nenhum tipo de “*ranking*” entre professores ou entre funções da universidade. Seu objetivo maior é a dignificação das funções docentes, técnicas e administrativas, bem como a produção de um ensino de qualidade superior. Dias Sobrinho (1994) acredita que a avaliação institucional pode combater a inércia das instituições, que passam a repensar suas atividades, mas esse autor reconhece que o processo pode gerar resistências na comunidade universitária.

Vários autores consultados afirmam que as universidades que pretendem progredir, não podem hoje, dispensar a realização da avaliação institucional. Também há um consenso entre os autores a respeito da importância da avaliação interna, planejada e executada pela comunidade universitária sem a intervenção de agentes externos.

Fagundes (1988) alerta para o fato de que a avaliação institucional não pode esquecer os vínculos entre universidade e sociedade, pois a universidade se constrói e se transforma de acordo com a sociedade que a circunda.

Para Saul (1992) a avaliação da universidade deve engajar os membros da comunidade universitária num processo de autocrítica e transformação. Both (1992) destaca que a autonomia é elemento essencial para que a avaliação da universidade alcance os objetivos propostos. Pode-se afirmar que, ao lado da autonomia, outro elemento essencial no processo avaliativo é a democratização da instituição: todos devem sentir-se livres para expressarem suas opiniões, sugerir e tomar decisões. Para Both (1992), a universidade deve ter clareza a respeito das seguintes questões: porque, como e quando avaliar.

Amorim (1992) considera que a avaliação da universidade exige a capacidade de transitar do velho para o novo, do alienador para o criador. Segundo Dias Sobrinho (s.d.), avaliar a universidade é captar a sua totalidade, entender as diferenciações e as convergências.

A avaliação institucional deve desvelar a realidade, vencendo temores, resistências, preconceitos e oposições. Ela deve traduzir o dinamismo da universidade, as aspirações da sociedade que a circunda e revelar seus

pontos fortes e fracos, constituindo-se, de um lado, na consciência do presente, e, de outro, no projeto para o futuro.

Amorim (1992) enfatiza que “além da produtividade, um critério que desponta nas discussões em torno da avaliação é o discurso da competência de quem vive e trabalha na instituição.” (1992, P.43).

Para Both (1995), o permanente esforço pela identificação da qualidade da Universidade constitui elemento indispensável para a busca de uma qualidade igualmente necessária. Segundo o mesmo autor, a avaliação deve ser encarada como processo e ser útil, beneficiando a todos os envolvidos. A avaliação como processo deve ser viável, principalmente em termos de possibilidade de execução; exata, tendo em vista a sua condução correta e os instrumentos adequados para obtenção de informações confiáveis. A avaliação como processo é, também, uma questão ética e social que deve ser conduzida de forma transparente e com senso de justiça, sendo inclusive uma condição de crescimento e sobrevivência institucional.

Conclui-se que a avaliação institucional não se caracteriza nem como agente punitivo, nem premiativo, mas não representa neutralidade. É ela uma questão de maturidade institucional e de responsabilidade para com a qualidade (BOTH, 1995). Ela deve auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas. (PAIUB, 1994).

2. Avaliação institucional: qualidade do presente e futuro da qualidade

A Avaliação Institucional é um processo que se firma como agente irreversível de identificação e de promoção de qualidade mundial nas Instituições de Ensino Superior - IES. Segundo Both (1995, p. 253), há países em que a Avaliação Institucional se encontra plenamente implantada, sendo um instrumento definitivo para o apontamento de políticas e diretrizes para a Instituição. Em outros países ela vem sendo implantada, passando de idéia para aceitação como processo, assim como em outros encontra-se em estágio embrionário, mas já como idéia necessária.

O autor (ibid, p. 253-254) ainda pondera que o mundo pode ser dividido, segundo a ordem do grau de afirmação do processo de avaliação institucional das Universidades, em três blocos: o bloco europeu, o ameri-

cano e o oriental. Tanto em conjunto, como na individualidade dos blocos não existe uma política homogênea quanto à concepção filosófica e ao grau de autonomia na implementação da AI e ao nível de relação entre órgão financiador e a Instituição de Ensino Superior-IES, quando se trata de resultados avaliativos obtidos. Há países em que a avaliação é encarada sob a corrente filosófica inglesa, onde seu financiador regula o direcionamento de sua implementação, com investimento diretamente dependente do nível dos resultados de avaliação obtidos. Um segundo conjunto de países opta pela corrente filosófica francesa onde o nível de apoio à Instituição não é condicionada ao nível de resultados obtidos em sua avaliação. Um terceiro conjunto de países alinha-se à corrente filosófica holandesa, possivelmente a mais democrática, de implantação e de implementação do processo de avaliação institucional. Nesse conjunto de países enquadra-se principalmente o bloco europeu e o americano onde os órgãos financiadores pouca exigência estabelecem entre o nível de apoio institucional e o nível de resultados obtidos da avaliação.

O Brasil segue a corrente filosófica holandesa de avaliação institucional, eleita como forma preferencial pela maioria das IES européias e americanas, concebendo a avaliação como processo não premiativo nem punitivo, mas também não neutro (ibid, p. 259-260).

O processo de avaliação das Universidades brasileiras vem recebendo apoio e incentivo formal e efetivo a partir de 1992, por parte da Secretaria de Ensino Superior - SESu, do Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

Assim como em nível nacional, também em termos de Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, vêm ocorrendo iniciativas avaliativas desde longa data, ainda que de forma esporádica e sem maior visão de conjunto institucional, visando a órgãos e/ou recursos humanos.

E foi em 1992, ainda como idéia, que a UEPG aderiu ao primeiro chamamento de implantação e implementação de avaliação institucional da SESu/MEC. Com o lançamento do caderno 1 da PROGRAD - “A questão da Avaliação Institucional”, os órgãos superiores da instituição ficaram sensibilizados com a real necessidade de engajamento da Universidade num processo de avaliação. Foi então designada uma “Comissão incumbida de desenvolver o Processo de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa”, através da portaria nº 296, de 21 de julho de 1992, com a participação de professores, alunos e funcionários.

O crescimento quantitativo e qualitativo da UEPG, principalmente

na última década, bem como as discordâncias, dúvidas e contradições características do cotidiano acadêmico, levaram a UEPG a optar pelo processo de avaliação institucional como um dos objetivos prioritários nos anos 90.

A avaliação institucional, iniciada efetivamente no ano de 1993, representa um compromisso da UEPG para com a qualidade, não apenas acadêmica mas também social e cultural, e responde às expectativas da comunidade universitária de aprimorar o seu desempenho nos níveis interno e externo.

O processo de avaliação institucional certamente deve constituir um processo permanente, pois avaliar é preciso, sempre. Ainda mais quando esse processo é visualizado como identificação e promoção de qualidade.

Para a identificação do nível de desempenho da UEPG, através do programa de avaliação institucional, estão propostas, por ora, seis variáveis:

- Avaliação do desempenho por ex-alunos;
- Avaliação do desempenho por representantes da sociedade;
- Avaliação do desempenho dos serviços administrativos;
- Identificação da realidade sócio-educacional dos alunos da Universidade;
- Avaliação do ensino de graduação por alunos e professores.
- Avaliação do ensino de pós-graduação (especialização).

O objetivo geral do processo avaliativo é o de identificar o nível de qualidade de intervenção possível e necessária da Universidade no âmbito interno e externo.

Os objetivos específicos desse processo consistem em apontar a realidade qualitativa existente e elencar os principais agentes de promoção e de entrave de um ensino de qualidade.

3. A UEPG e seu empenho por um ensino de qualidade

O tema avaliação tem despertado nos últimos anos o interesse cada vez maior dos responsáveis pelo ensino superior brasileiro. O que antes era tabu (fazer ou não fazer avaliação), virou assunto amplamente discutido no meio universitário. (MEYER, 1993).

Avaliar é fazer um julgamento sobre a qualidade de algum bem ou serviço. E a educação superior brasileira carece de avaliações que

oportunizem maior eficiência, maior competitividade e elevações da qualidade dos serviços prestados.

Uma instituição de ensino superior, como outras organizações, necessita examinar criticamente os recursos que utiliza, as atividades que desenvolve, os processos educacionais e os resultados alcançados, utilizando esses dados para prestar contas do seu trabalho à comunidade e para assegurar melhor qualidade às ações futuras.

Foi dentro desse espírito que a UEPG implantou, a partir de 1992, o processo de avaliação institucional, apostando nele como um fator de elevação da qualidade de ensino. A primeira avaliação do ensino ocorreu em 1994, quando professores e alunos avaliaram o ensino da graduação mediante sua auto e mútua avaliação.

Procurou-se envolver docentes e acadêmicos dos cinco Setores de Conhecimento da UEPG, com base em quatro variáveis:

- desempenho do professor;
- desempenho do aluno;
- condições de organização dos cursos;
- condições de infra-estrutura de apoio dos cursos.

Trabalhou-se com amostras, sendo que aproximadamente 20% dos professores e alunos da instituição devolveram os formulários devidamente preenchidos.

Esse trabalho acadêmico procurou atingir os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral:

Identificar o nível de qualidade do ensino-aprendizagem na UEPG, avaliado por professores e alunos, no ano de 1994.

b) Objetivos específicos:

- apontar o nível de qualidade do ensino-aprendizagem, por Setor de Conhecimento da Instituição;
- elencar os principais agentes de promoção e de entrave de um ensino de qualidade;
- apontar indicadores para uma crescente qualidade do ensino.

A metodologia adotada compreendeu os seguintes passos:

- levantamento bibliográfico e análise do referencial teórico;
- tratamento estatístico e análise dos dados;
- apontamento de conclusões;
- apresentação do trabalho em eventos;
- divulgação do trabalho em forma de artigo.

Para a análise e interpretação dos dados levantados adotou-se as seguintes convenções:

Percentual de respostas	Níveis	Conceito
100% - 90%	Muito bom	A
89% - 70%	Bom	B
69% - 50%	Regular	C
Abaixo de 50%	Insuficiente	D

Essas convenções permitiram classificar, em níveis, o desempenho de docentes e de acadêmicos, bem como as condições de organização e de infra-estrutura dos cursos de graduação, chegando-se à percepção do nível de qualidade do ensino, no ano de 1994.

A partir do referencial teórico estudado procurou-se proceder a avaliação do ensino encarada como: - processo contínuo, coerente e credível; processo sem conotação de modismo, nem de ranking de professores; processo não neutro, portador de valores significativos para a Instituição; processo capaz de adequar o bem fazer ao que deve ser feito.

Numa primeira etapa da pesquisa, procedeu-se à análise da Universidade como um todo, procurando identificar os pontos fortes do ensino de graduação, bem como possíveis entraves que devem ser gradativamente eliminados. Num segundo momento, procedeu-se à análise por Setor de Conhecimento, tendo em vista os mesmos propósitos.

O levantamento de dados junto à comunidade universitária ocorreu após a utilização de mecanismos de conscientização a respeito da necessidade de avaliação periódica do ensino. Procedeu-se à aplicação de instrumentos (formulários e gabaritos), cujas respostas serviram de parâmetro para identificar o nível de qualidade de ensino-aprendizagem, por Setor de Conhecimento e na UEPG, de modo geral.

Os resultados e conclusões dessa primeira avaliação permitiram antever alguns aspectos da realidade qualitativa do ensino de graduação, de forma bastante clara.

Verificou-se que as respostas de alunos e professores pouco diferem entre si, o que permitiu chegar a conclusões de caráter geral, a seguir relatadas.

3.1. O ensino na UEPG: uma análise setorial

A UEPG é composta de cinco Setores de Conhecimento, sendo que cada um deles desenvolve atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, tanto em nível de graduação como em nível de pós-graduação. Os Setores

têm, cada um, a sua fisionomia própria, embora, em muitos casos, atuem de forma integrada e interdisciplinar. São os seguintes os Setores de Conhecimento da UEPG:

- Setor I - Ciências Exatas e Naturais

Compreende os cursos de Matemática (Licenciatura), Física (Licenciatura e Bacharelado), Química (Licenciatura) e Geografia (Bacharelado e Licenciatura).

Esse Setor participou da avaliação do ensino com 18,69% dos professores e 15,73% dos acadêmicos.

- Setor II - Ciências Agrárias e Tecnologia

Compreende os cursos de: Engenharia Civil, Agronomia, Bacharelado em Informática e Engenharia de Materiais.

Esse Setor ficou representado na pesquisa por 27,13% dos professores e 30,17% dos alunos.

- Setor III - Ciências Biológicas e da Saúde

Compreende os cursos de Farmácia, Farmácia com Habilitação em Bioquímica, Odontologia, Ciências Biológicas (Licenciatura) e Educação Física (Licenciatura).

Participaram da avaliação 26,16% dos docentes e 13,06% dos acadêmicos.

- Setor IV - Ciências Sociais e Aplicadas

Compreende os cursos de Direito, Administração Ciências Econômicas, Serviço Social, Ciências Contábeis e Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo.

Responderam à pesquisa 15,88% dos docentes e 34,75% dos acadêmicos desse Setor.

- Setor V - Ciências Humanas, Letras e Artes

Compreende os cursos de Licenciatura em Pedagogia (06 Habilitações), Licenciatura em Letras (05 Habilitações) e Licenciatura em História.

Participou o Setor da pesquisa com 12,14% dos professores e 6,29% dos alunos.

Em cada Setor da UEPG foram levantados dados reveladores da qualidade do ensino de graduação, conforme se segue.

O nível de desempenho dos professores, na perspectiva de auto-avaliação, foi considerado bom, aceitável, segundo a expressão dos seguintes percentuais:

- 82% das respostas do Setor I;
- 93% das respostas do Setor II;

- 94% das respostas do Setor III;
- 87% das respostas do Setor IV;
- 88% das respostas do Setor V.

Segundo os acadêmicos, o desempenho dos docentes foi considerado igualmente de nível aceitável, bom:

- 75% das respostas do Setor I;
- 80% das respostas do Setor II;
- 73% das respostas do Setor III;
- 71% das respostas do Setor IV;
- 87% das respostas do Setor V.

Gráfico 1 - Avaliação do desempenho dos professores

A análise destes dados revela que, tanto na ótica dos alunos quanto na dos docentes, o trabalho do professor é de nível aceitável, sendo que os docentes se avaliaram com menor rigor do que o alunado, atribuindo-se índices entre bom e muito bom. Todavia, o confronto de opiniões reafirma o desempenho satisfatório dos docentes, no ano de 1994, havendo, porém, um considerável caminho a ser trilhado para o atingimento do muito bom.

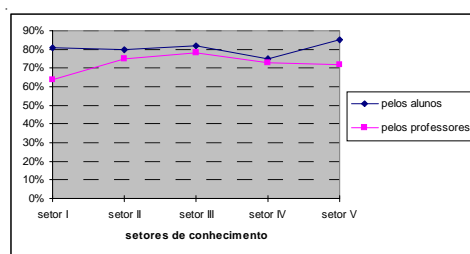
O desempenho dos acadêmicos, na perspectiva de auto-avaliação, foi, também, considerado de bom nível, aceitável, de acordo com:

- 81% das respostas do Setor I;
- 80% das respostas do Setor II;
- 82% das respostas do Setor III;
- 75% das respostas do Setor IV;
- 85% das respostas do Setor V.

O desempenho do acadêmicos também foi considerado de nível aceitável, bom pelos professores, de acordo com:

- 64% das respostas do Setor I;
- 75% das respostas do Setor II;
- 78% das respostas do Setor III;
- 73% das respostas do Setor IV;
- 72% das respostas do Setor V.

Gráfico 2 - Avaliação do desempenho dos alunos



Percebe-se que, na visão dos professores, o desempenho do acadêmico é considerado bom, salvo no Setor I, em que se enquadra na categoria regular.

O maior equilíbrio quanto aos resultados da avaliação do ensino foi observado no Setor IV, no entanto o maior desnível foi verificado no Setor I, onde os docentes manifestam maior grau de insatisfação com o desempenho dos acadêmicos.

A variável condições de organização dos cursos apresentou índices de qualidade aquém dos satisfatórios pois, de um modo geral, as opiniões se dividiram entre os índices bom e insatisfatório.

Na visão de professores e alunos, as condições de organização de cursos são boas segundo:

- 44% das respostas dos docentes e 52% das respostas dos alunos - Setor I;
- 50% das respostas dos docentes e 59% das respostas dos alunos - Setor II;
- 52% das respostas dos docentes e 55% das respostas dos alunos - Setor III;

- 44% das respostas dos docentes e 47% das respostas dos alunos - Setor IV;

- 43% das respostas dos docentes e 58% das respostas dos alunos - Setor V.

As condições de organização dos cursos são considerados insatisfatórias, conforme:

- 34% das respostas dos docentes e 41% das respostas dos alunos - Setor I;

- 37% das respostas dos docentes e 36% das respostas dos alunos - Setor II;

- 36% das respostas dos docentes e 40% das respostas dos alunos - Setor III;

- 36% das respostas dos docentes e 46% das respostas dos alunos - Setor IV;

- 35% das respostas dos docentes e 38% das respostas dos alunos - Setor V.

Estes dados revelam a necessidade dos cursos, de um modo geral, melhorarem quanto a aspectos como: pontualidade e assiduidade docente, consultas à biblioteca e sistemática de estudo dos acadêmicos. Também indicam a necessidade de revisão das cargas horárias das disciplinas, de reestruturação curricular e de revisão da sistemática de avaliação dos acadêmicos.

Das quatro variáveis consideradas, a relativa a condições de infraestrutura dos cursos foi a que apresentou os resultados mais preocupantes, com a predominância de índices insatisfatórios em todos os Setores de Conhecimento.

Segundo a opinião de professores e alunos, as condições de infraestrutura apresentam-se boas, conforme:

- 30% das respostas dos docentes e 43% das respostas dos alunos - Setor I;

- 28% das respostas dos docentes e 48% das respostas dos alunos - Setor II;

- 37% das respostas dos docentes e 41% das respostas dos alunos - Setor III;

- 27% das respostas dos docentes e 25% das respostas dos alunos - Setor IV;

- 14% das respostas dos docentes e 51% das respostas dos alunos -

Setor V.

Essas mesmas condições são consideradas insatisfatórias conforme:

- 28% das respostas dos docentes e 42% das respostas dos alunos -

Setor I;

- 38% das respostas dos docentes e 46% das respostas dos alunos -

Setor II;

- 37% das respostas dos docentes e 46% das respostas dos alunos -

Setor III;

- 23% das respostas dos docentes e 46% das respostas dos alunos -

Setor IV;

- 41% das respostas dos docentes e 36% das respostas dos alunos -

Setor V.

Estes dados indicam a necessidade de a Universidade investir significativamente em acervo bibliográfico, laboratórios, equipamentos e materiais em geral, equipamentos e salas de informática, espaço físico e outros aspectos infra-estruturais, de forma a dotar os Setores dos recursos necessários para desenvolver um ensino de maior qualidade.

3.2. Um olhar sobre o desempenho da UEPG: melhorar é preciso e possível

O processo de avaliação institucional da UEPG é entendido como um fator de apoio institucional e de identificação de possíveis políticas universitárias. Ele vem sendo experienciado na Instituição não como um instrumento formalmente acabado, mas como um processo em construção que se aperfeiçoa paulatinamente, ao mesmo tempo em que oportuniza o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão.

A avaliação do ensino realizada em 1994, embora represente uma primeira experiência em termos de avaliação institucional, constituiu uma etapa significativa do processo, a partir da qual, sabe-se, instrumentos, metodologias e conteúdos de ensino foram enriquecidos. Seus resultados serviram igualmente de parâmetro para algumas tomadas de decisão no âmbito administrativo e científico do ensino, cá e lá, bem como para o norteamento de trabalhos desenvolvidos em 1995, 1996 e 1997 no âmbito da avaliação da UEPG.

O objetivo de discutir a qualidade do processo de ensino-aprendiza-

gem, a partir de opiniões de professores e alunos foi alcançado. A partir dos dados colhidos foi possível detectar alguns agentes de promoção e de entrave da qualidade do ensino de graduação.

O desempenho dos professores foi considerado de bom nível -ainda que não muito bom- por docentes e acadêmicos, conforme 83% das respostas colhidas. Dentre os itens que obtiveram maior grau de concordância destacam-se aqueles relativos ao bom nível das disciplinas (93% de respostas A e B), à disponibilidade dos professores em esclarecer dúvidas dos alunos (91% de respostas A e B) e ao cumprimento do programa das disciplinas (91% de respostas A e B).

O desempenho dos acadêmicos também foi considerado de bom nível pelos inquiridos, conforme 76% das respostas obtidas (A e B).

Dentre os índices em que ocorreram maior grau de concordância destacam-se aqueles relativos à consolidação, em estudos posteriores, pelos acadêmicos, da matéria lecionada (78% de respostas A e B) e à satisfação pessoal e profissional do aluno relativo ao curso que frequenta (77,5% de respostas A e B).

O nível de desempenho demonstrado por parte de professores e alunos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem é um ponto positivo que merece destaque. Ainda que não excelente, ao nível desejado, sua desenvoltura, tanto em termos técnicos e científicos, como metodológicos e pedagógicos, está sendo, pelo menos, de boa qualidade. Tal fato permite visualizar as reais potencialidades, por parte de professores e alunos, de investida numa gradual melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a curto-médio prazo. Também justifica os incentivos que as administrações mais recentes da UEPG vêm dispensando à qualificação docente, pois, atualmente, 30% dos docentes da Instituição encontram-se realizando cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado.

Com relação às variáveis *condições de organização dos cursos e condições de infra-estrutura de apoio dos cursos*, os resultados não foram tão promissores, permitindo identificar aí possíveis entraves do processo de ensino-aprendizagem.

Avaliando as *condições de organização dos cursos*, 51% das respostas dos pesquisados apontam o índice bom, todavia 38% das respostas classificam essas condições num nível insatisfatório, enquanto que o índice dos que não têm opinião formada atingiu 27% das respostas.

Esses resultados permitem inferir que: os alunos nem sempre enri-

quecem o seu aprendizado com consultas a livros, revistas e dicionários; as cargas horárias das disciplinas e dos cursos nem sempre correspondem ao ideal; os alunos-trabalhadores podem encontrar maiores dificuldades nos estudos; o número de trabalhos extra-classe, em certos casos, é excessivo.

Tais informações devem ser trabalhadas em nível de curso, pelo respectivo Colegiado e pelos docentes, de modo a eliminar aqueles fatores que estão prejudicando a aprendizagem, num determinado curso de graduação.

Em relação à *infra-estrutura dos cursos* verificou-se elevado grau de insatisfação, tanto dos docentes quanto dos acadêmicos. Somente 34% das respostas obtidas indicam que essas condições são boas, enquanto que 39% das respostas consideram insatisfatórias as citadas condições. O índice dos que não têm opinião formada a esse respeito foi de 27%.

Esses dados destacam a insuficiência quantitativa e qualitativa do acervo bibliográfico da UEPG. Também permite verificar a insuficiência e o sucateamento de laboratórios e de equipamentos em geral e particularmente dos de Informática. Indicam, ainda, a necessidade de ampliação do espaço físico para salas de aula, laboratórios e outros. Talvez esteja sendo este um dos maiores problemas hoje enfrentado pela UEPG, e que está a exigir investimentos significativos em prédios, laboratórios, equipamentos e biblioteca. Por um lado, para tal situação merece ser apontada uma atenuante, pois sabe-se que o Estado, de um modo geral, vem destinando pouquíssimos recursos para o ensino superior paranaense, o que está contribuindo significativamente para agravar a crise nas instituições. Por outro, acredita-se que a UEPG, pelo potencial dos seus recursos humanos, tem condições de buscar os meios necessários para gradativamente suprir suas carências infra-estruturais.

4. Uma palavra final

De nada adianta optar-se por uma estrutura se as pessoas não tomam consciência dos objetivos propostos, não estão envolvidas e dispostas a realizar a universidade da utopia. DARCY RIBEIRO

No mundo atual, o destino de uma nação está intimamente ligado ao nível de conhecimento e de qualificação de sua população, desde os trabalhadores até os cientistas e pesquisadores.

Países que hoje se acham em condições de oferecer padrões dignos de vida ao povo são os que reconheceram o imperativo de priorizar educação, ciência e tecnologia.

A avaliação institucional destaca-se nessa conjuntura como uma estratégia para promover o aperfeiçoamento da Universidade, redimensionando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo real interação entre Universidade e sociedade.

Com a avaliação, a Universidade terá melhores condições de ganhar dinamismo e competência para o cumprimento de sua missão, podendo mais facilmente apontar e garantir aos alunos condições básicas para o exercício profissional e da cidadania, racionalizando seus recursos, obtendo simpatia e apoio da comunidade e tornando-se local de eleição para todos os que dela participam (MEZOMO, 1994).

A avaliação institucional, quando bem conduzida, poderá oportunizar à Universidade as condições necessárias para a elaboração de um plano de desenvolvimento próprio, para redefinir prioridades, metas e diretrizes, e para modernizar o sistema de ensino.

Por considerar a avaliação um “valor”, a UEPG instaurou o seu processo de avaliação institucional, demonstrando assim o amadurecimento de uma Instituição que deseja saber quem ela é, onde está, para onde ir e como chegar lá.

O processo avaliativo da UEPG encontra-se em gradual amadurecimento, os resultados vão surgindo com vagar, principalmente devido à precariedade dos recursos de toda ordem, necessários para uma rápida implementação.

Por outro lado, dados significativos, já detectados, podem contribuir para o redimensionamento da política universitária e para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. Resultados visíveis da avaliação não surgem de um dia para o outro, mas, ocorrem paulatinamente, concorrendo para que o processo se firme cada vez mais na Instituição.

Ressalte-se que, segundo declarações de representantes da SESu/MEC, a Avaliação Institucional da UEPG é um dos processos avaliativos mais consistentes e promissores pela sua representatividade e abrangência e pelo intenso volume de produção científica que vem oportunizando.

Por isso mesmo, avaliar o desempenho da Universidade é preciso, sempre, ainda mais quando a Instituição se espelha numa transparência filosófica de desenvolvimento comprometida com a qualidade que lhe convém.

Recebido para publicação em 9/99.

Aceito para publicação em 4/00.

ABSTRACT

This article presents, in a summarized way, a report of the first experience of Institutional Evaluation in the State University of Ponta Grossa (UEPG) in the year of 1994. This evaluation was originated from an internal initiative of the Institution's teaching and administration staffs. The experience here related began in the year of 1992, starting with the appointment of a Commission of Institutional Evaluation. The commission's main task was to organize and to carry out a permanent and continual process of evaluation of the university activities, and its main aim would be the evaluation of the teaching process by students and teachers. The first collecting of data concerning the evaluation of the teaching process took place in 1994, and its sistematization occurred in 1995. In the years of 1996 and 1997 the analysis and discussion of the data took place, and it was possible to reach some conclusions which are described in this paper. Because it was a pilot experience, the data collecting in 1994 was just a sampling – about 20% of the university's total number of teachers and students. Nevertheless, it was an important step in the evaluation process because it was then that the methodology was defined, the data collecting instruments were developed and the criteria for the statistic treatment of the data were established. These elements were of vital importance for the continuity of the work, for they served as a parameter for later actions. Our purpose in this scientific work is to discuss the evaluation of the teaching at UEPG, in 1994, and to identify the degree of excellence of the teaching-learning process in the opinion of teachers and students. We also intend to indicate the main agents that promote, as well as those that hamper the achievement of a teaching of quality, starting from the conviction that the Institutional Evaluation is a process that is being consolidated worldwide as a means of identifying and promoting the quality of teaching. The analysis here presented was built up starting from four elements considered relevant in detecting the quality of the pedagogic work. These elements are: the teachers' performance, the students' performance, the substructure present at UEPG and the internal organization of the courses. These elements were examined by means of forms and moulds handed out to teachers and students. Two different kinds of evaluation were realized in the two segments involved: teachers and students made self-evaluations and evaluated one another. The methodology used in this first sampling enabled us to draw a profile of the teaching at UEPG, as well as to specify the characteristics of each sector of knowledge in relation to the indicators that had been selected. In spite of the difficulties we met during the process it was possible to feel the great importance of this evaluation system, born and developed inside our Institution. Besides, we were able to detect a quite realistic profile of faults and of positive aspects of our teaching system. In this sense, the internal evaluation can be even more effective than external evaluation, such as the one performed by the National Examination of Courses which, in spite of its relevance, is only able to estimate, imperfectly, what knowledge the senior students of our Institution have of the contents of their courses, without taking other important information into account. For example, it does not evaluate the conditions of the libraries, laboratories and equipment, neither the interactions between teachers and students or the relationship among teaching, research and extension.

Key words: evaluation, university, quality

Endereço para contato: ivo.both@prof.unopar.br

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Antônio. **Avaliação institucional na Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BOTH, Ivo José. A questão da avaliação institucional. **Caderno 1**. Ponta Grossa: UEPG, jul. 1992, 27 p.
- BOTH, Ivo José. Processo de Avaliação Institucional: agente de política universitária. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v.3, n 8, p.253-262, jul. /set. 1995.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Ensino Superior Programa de avaliação institucional da universidade brasileiras, Brasília: 1994, 111p.
- DIAS SOBRINHO, José. **A avaliação institucional na UNICAMP**: considerações teóricas e processo. Campinas, 1994. (mimeo).
- DIAS SOBRINHO, José. **Universidade**: processo de socialização e processo pedagógico. Campinas: s.d., 21 p. (mimeo).
- FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: UNICAMP. 1986.
- MEYER, Victor Jr. A busca de qualidade nas instituições universitárias. **Enfoque**. Ano IV, n 10, p.1-38, jul. 1993.
- MEZOMO, João Catarin. Avaliação universitária. **Universidade**: a busca da qualidade. v.1 n. 4, p. 196-198, jul./ago. 1994.
- RODRIGUES, Cleide A . F. **Avaliação institucional**: a universidade autodespertada. Ponta Grossa, 1995. (mimeo).
- SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: uma abordagem crítico - transformadora. **Tecnologia Educacional**. V. 21, n. 104, jan./fev. 1992. p. 24-31.